

tes, cozinheiros), etc.) de várias orientações ideológicas - anarquistas, reformistas e posteriormente comunistas. Durante o período de 20 a 24 a Federação Operária Mineira publicou o jornal "O Operário" e promoveu nada menos que onze movimentos grevistas. Suas lutas se travam em torno de necessidades como aumento de salário, respeito à lei de 8 horas de trabalho diário, barateamento no preço dos alimentos. A greve de junho de 1924, por exemplo, mobilizou 8.000 operários.

O programa de Governo de Antônio Carlos reflete também a crise vivenciada por Minas, em função de seus problemas de integração no quadro do federalismo "sui-generis" da República Velha.

Embora do ponto de vista econômico o período se anunciasse de certa forma promissor, pois haviam sido saldadas as dívidas contraídas no exterior para a construção de Belo Horizonte, as perspectivas neste campo eram pouco alentadoras se comparadas com as de São Paulo e Rio Grande do Sul, no mesmo período. Mais fraca do ponto de vista econômico, Minas era obrigada a ceder no campo político a São Paulo, em nome da aliança café com leite (que não se baseava numa reciprocidade genuína de interesses). (*) Minas via-se forçada a endossar medidas de ordem econômica que pouco ou nada a favoreciam, como o caso da política de "socialização das perdas", imposta por São Paulo para a defesa do café. Este fato ganhava maior vulto se considerarmos que o tipo de federalismo reinante beneficiava São Paulo, que só dependia da União no que dizia respeito à valorização do café e à política monetária, em detrimento de outros Estados, que, sem condições de ampliar, com recursos próprios, suas rendas, depen-

(*) Ao fazer essa afirmação estamos nos referindo aos interesses de Minas enquanto Estado, pois essa política naturalmente favorecia os donos do poder, o grupo cafeeiro.

diam da União para obras básicas necessárias ao seu desenvolvimento econômico. Em 1928, por exemplo, cerca de 40% das estradas de ferro em construção no Brasil estavam situadas em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

Estes fatos fazem crescer um abismo sobre as economias dos dois Estados, e conseqüentemente entre os respectivos interesses de seus grupos dominantes.

Quando Antônio Carlos assume o governo, à fraqueza estadual do ponto de vista econômico associa-se a ameaça da perda da hegemonia no campo político. As constantes sangrias sofridas pela população mineira, em virtude das migrações internas, determinam uma baixa nas taxas de crescimento populacional do estado. E a medida que a população mineira tende a diminuir, a população paulista tende a aumentar, e crescem as pressões por parte de São Paulo no sentido de uma redistribuição de lugares na Câmara Federal, o que, segundo os paulistas, faria justiça a seu estado, prejudicado por uma estatística falsa apresentada por Minas.

Antônio Carlos assume, portanto, o poder no Estado pressionado em dois níveis. A nível mais geral, é pressionado pelo regime federalista, criado e mantido pelas oligarquias, de que fazia parte e pelas quais chegara ao poder, uma vez que Minas, àquela altura, já se incorpora ao quadro das vítimas desse sistema. Ainda nesse nível, é pressionado na medida em que percebe a próxima falência do regime legal, incapaz de abrir-se às novas condições estruturais do País.

Esse quadro político-econômico, associado às características pessoais de Antônio Carlos, nos permite compreender o sentido e a natureza do seu programa de governo. A atividade política de Antônio Carlos inicia-se na juventude. Como acadê-